

## *Uma crítica à interpretação inflacionista do desenvolvimentismo*

### **Resumo.**

Tornou-se comum associar desenvolvimentismo, irresponsabilidade fiscal e complacência com o processo inflacionário. A difusão da tese do inflacionismo apresentada por Franco (1996, 2005) contribuiu para esta associação. O presente artigo investiga qual a contribuição da literatura econômica entre 1930 e 1964 na formação desta associação. O artigo pretende responder a duas questões: 1. Os expoentes intelectuais do desenvolvimentismo defendiam o uso de mecanismos inflacionários para o financiamento dos investimentos industriais e, portanto, eram inflacionistas no sentido atribuído por Franco (1996, 2005)? 2. Pode-se afirmar que a literatura do desenvolvimentismo defendia certa leniência no controle do processo inflacionário? Para responder estas questões são analisadas as contribuições dos expoentes intelectuais do desenvolvimentismo no período, especialmente os trabalhos de Roberto Simonsen, Celso Furtado e Roberto Campos. O artigo conclui que não há elementos que sustentem o argumento inflacionista e coloca em discussão a tese da leniência no controle da inflação.

Palavras-Chave: Desenvolvimentismo, Inflacionismo; Economia Brasileira; Pensamento Econômico Brasileiro

### **Abstract**

It has become commonplace to associate developmentalism with fiscal irresponsibility and complacency about the inflationary process. The diffusion of the “inflationist thesis” presented by Franco (1996, 2005) contributed significantly to this association. This study investigates the contribution of the original developmentalist literature between 1930 and 1964 to the formation of the association between developmentalism and inflation. In this regard, this study aims to answer two questions. First, did the exponents of developmentalism defend the use of inflationary mechanisms to finance industrial investment that were, therefore, inflationary in the sense attributed by Franco? Second, could it be argued that the literature on developmentalism defended some leniency in inflation control? To answer these questions, we analyze the contributions of intellectual exponents of developmentalism in the period, especially the works of Simonsen, Furtado, and Campos. This study concludes that there is no support in the original developmentalist literature for the inflationary argument of Franco and others.

*Key words: Developmentalism; Inflationism; Brazilian Economy; Brazilian Economic Thought*

JEL: B29; E31; N96

## 1. Introdução

Tornou-se comum associar o desenvolvimentismo à irresponsabilidade fiscal e à complacência com o processo inflacionário. As elevadas taxas de inflação vigentes entre as décadas de 1930 e 1960 - período no qual a ideologia desenvolvimentista exerceu papel predominante na agenda nacional - certamente contribuíram para a formação desta visão. O uso pouco preciso do termo pela mídia, especialmente em contraposição ao monetarismo, igualmente ajudou na difusão de uma visão superficial, quando não equivocada sobre o significado do desenvolvimentismo.

No campo acadêmico, a difusão da visão inflacionista sobre o desenvolvimentismo é outro fator que explica esta associação. Na atualidade, Gustavo Franco é o principal difusor desta visão<sup>1</sup>. Em sua concepção o velho modelo nacional desenvolvimentista ou de “substituição de importações” era formado por dois eixos centrais: o inflacionismo e a autossuficiência. Este último diz respeito a utilização de proteção à indústria e a tendência à redução da participação de concorrentes estrangeiros no mercado nacional, ou seja, diz respeito ao uso do protecionismo como elemento do modelo de desenvolvimento brasileiro.

O inflacionismo é definido como o modelo de financiamento dos investimentos industriais promovido pela expansão da inflação e de déficits fiscais, através do mecanismo de poupança forçada<sup>2</sup>. A origem do inflacionismo, de acordo com Franco (1996, 2005), encontra-se nas interpretações estruturalistas, matriz teórica fundamental do desenvolvimentismo<sup>3</sup>, sobre a inflação elaboradas ao longo das décadas de 50 e 60 na América Latina. Raul Prebisch e Celso Furtado são apresentados como os criadores/difusores do modelo inflacionista; pois seriam os expoentes acadêmicos de um grupo que “nos últimos 60 anos, de variadas maneiras, e com incontáveis vestimentas e disfarces... enxergaram funcionalidade na inflação, vale dizer vislumbraram um *método* nessa loucura” (Franco 2005, p. 258). Ao mesmo tempo em que enxergavam funcionalidade na inflação, especialmente para o financiamento dos investimentos industriais, os desenvolvimentistas “afastavam-se” dos debates sobre os problemas gerados pela inflação, sobretudo seus efeitos sobre a distribuição da renda. “É curioso que o desenvolvimentismo brasileiro tenha conseguido preservar em torno de si a aura de projeto nacional redentor e, com isso, tenha logrado distanciar-se de alguns dos principais problemas que criou, como a concentração de renda que, curiosamente, não é vista com uma decorrência da inflação”. Franco (2005, p. 261).

A tese do inflacionismo não se restringe, portanto, ao campo das políticas econômicas conduzidas no período compreendido entre 1930 e 1964. A crítica abrange tanto esta

---

<sup>1</sup> A associação entre desenvolvimentismo e leniência com a inflação encontra-se também presente nos trabalhos do novo-desenvolvimentismo. Bresser-Pereira (2006, 2010) por exemplo, ao comparar o antigo e o novo desenvolvimentismo afirmam que o primeiro “tem certa complacência com a inflação”, tal como apresentado por Mollo & Fonseca (2013). Há, no entanto, uma diferença fundamental entre a visão novo-desenvolvimentista e a tese inflacionista. Os primeiros reconhecem que não há na *literatura* desenvolvimentista do período, especialmente em seus expoentes intelectuais, uma defesa da leniência com os desequilíbrios fiscais e com a inflação, distinção que não é feita por Franco em seus trabalhos sobre o tema.

<sup>2</sup> Em sua definição sobre o inflacionismo o autor afirma que “a inflação e os déficits fiscais revelaram-se fundamentais como mecanismos para viabilizar, através da poupança forçada, a sustentação de elevados níveis de investimento público, contribuindo significativamente para que as taxas de investimento agregadas permanecessem ao redor de 25% do PIB” (Franco, 1996, p. 68).

<sup>3</sup> Para uma discussão sobre as matrizes teóricas do desenvolvimentismo recomenda-se a leitura de Mollo & Fonseca (2013).

dimensão, quanto as discussões acadêmicas que ajudaram na construção da ideologia desenvolvimentista.

O presente artigo pretende investigar qual a contribuição da literatura econômica desenvolvimentista entre 1930 e 1964 na formação desta associação entre desenvolvimentismo, leniência no controle da inflação e inflacionismo. Pode-se formular o problema tratado nesse texto em termos de duas perguntas. (1) Pode-se afirmar que a literatura desenvolvimentista defendia um tratamento condescendente ou leniente no controle da inflação? e (2) Os expoentes intelectuais do desenvolvimentismo defendiam o uso de mecanismos inflacionários para o financiamento dos investimentos industriais e, portanto, eram inflacionistas no sentido atribuído por Franco (1996, 2005)?

Em alguma medida o trabalho insere-se no debate recente sobre o significado do desenvolvimentismo, com destaque para a contribuição recente de Mollo & Fonseca (2013) no qual, a partir da análise das duas gestões de Getúlio Vargas, argumenta-se que não existem evidências no campo da *história econômica* que sustentem a tese da leniência inflacionária do desenvolvimentismo. O presente trabalho pretende contribuir para esta discussão, porém seu foco é distinto, já que analisa exclusivamente a evolução do *pensamento econômico* brasileiro, especialmente a visão da literatura desenvolvimentista sobre a inflação e sua relação com o processo de desenvolvimento<sup>4</sup>.

Não é possível promover uma revisão completa da literatura econômica desenvolvimentista do período. É necessário selecionar os autores que serão analisados. Neste sentido, adota-se como critério a seleção proposta por Bielschowsky (1988). Nesta perspectiva, o desenvolvimentismo brasileiro entre 1930 e 1964 foi formado por contribuições intelectuais que podem ser organizadas em três correntes principais: (1) o desenvolvimentismo do setor privado, que tinha em Roberto Simonsen seu principal líder intelectual; (2) o desenvolvimentismo do setor público não nacionalista, sob liderança de Roberto Campos e (3) o desenvolvimentismo do setor público nacionalista, cujo principal expoente era Celso Furtado.

Para cumprir o objetivo proposto, o artigo encontra-se organizado da seguinte forma. Após esta breve introdução, a seção 2 apresenta uma discussão sobre o desenvolvimentismo e a inflação nos autores selecionados. A seção concentra seus esforços na análise dos autores sobre o significado teórico, as causas e os mecanismos de controle do processo inflacionário. Adiciona-se às avaliações dos brasileiros, ainda nessa mesma seção, uma breve descrição do trabalho histórico de Carolyn Craven (1994) no que diz respeito às elaborações sobre a inflação no âmbito da CEPAL. Em seguida, a seção 3 promove uma discussão sobre um tema central na crítica ao inflacionismo, pois apresenta a discussão sobre a relação entre poupança forçada e o financiamento dos investimentos industriais. A seção incorpora uma discussão sobre a visão de Raúl Prebisch sobre o tema. Além de sua importância nos debates econômicos realizados no período, a inserção do autor é justificada pelo fato de ser explicitamente citado por Franco (2005) como um dos principais difusores do uso da inflação como mecanismo de financiamento das atividades industriais. As considerações finais são apresentadas na seção 4 do trabalho.

---

<sup>4</sup> O trabalho não realiza uma recuperação da histórica econômica do período. Os fatos históricos apresentados tem apenas a função de ajudar na elaboração dos argumentos expostos pela literatura.

## 2. Literatura Desenvolvimentista no “Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo” e a questão inflacionária

Há vasta literatura sobre o processo de formação e consolidação do projeto desenvolvimentista no Brasil. Mantega (1984), Bielschowsky (1988) e Fonseca (2000, 2004) são algumas referências no tratamento do tema. A abundância e a qualidade dos trabalhos torna desnecessária, e certamente repetitiva, a sua revisão mais detalhada. As características gerais do desenvolvimentismo já são amplamente conhecidas, mas para não restar dúvida é importante esclarecer que o desenvolvimentismo:

[É] a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento; b) não há meios de alcançar a industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) O Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja ineficiente (Bielschowsky, 1988, p. 7)

Em síntese, o desenvolvimentismo tinha como objetivo central a construção de um “projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio do planejamento e da intervenção direta Estado na atividade econômica”. Cabe adicionar que esse projeto desenvolvimentista não se construiu do dia para à noite; pelo contrário, foi fruto de um processo histórico, tal como descrito em Fonseca (2000, 2004). Foi nessa trajetória de elaboração de uma ideologia econômica que Roberto Simonsen, Celso Furtado e Roberto Campos se tornaram-se expoentes de três vertentes diversas do desenvolvimentismo.

Outro aspecto que deve ser sublinhado é que o desenvolvimentismo brasileiro utilizou em sua construção uma ampla gama de contribuições teóricas. A economia clássica, o marxismo e o keynesianismo, além da criação original do estruturalismo latino-americano, são pilares desta construção. De acordo com Mollo e Fonseca (2013, p. 228): “O desenvolvimentismo latino-americano, portanto, é tributário de diferentes correntes teóricas. Sua peculiaridade reside justamente em ter recorrido a diferentes *approaches* e arcabouços teóricos com vistas a embasar políticas voltadas a superar o subdesenvolvimento, o que lhe confere um caráter que se poderia qualificar, embora com certa licenciosidade, de eclético e pragmático”. Estabelecidas estas considerações de caráter mais geral, passamos à análise dos autores selecionados.

### ***Roberto Simonsen***

A discussão econômica em Roberto Simonsen indubitavelmente não é tão sofisticada quanto a dos desenvolvimentistas que o sucederam, principalmente se comparada à produção de Furtado. Simonsen era um empresário, um líder da elite paulista e dos industriais da primeira metade do século XX, um profundo conhecedor da história do Brasil e da ciência

social e econômica de seu tempo; mas, não era um acadêmico como Furtado ou Gudin.<sup>5</sup> Ademais, entre os escritos econômicos de Simonsen sobressaem seu livro sobre a história econômica do Brasil, suas defesas da industrialização como via de superação do atraso econômico e a defesa do planejamento. Sobre o tema da moeda e da inflação, encontramos algumas observações que se coadunam com o sentido geral da obra do industrialista.

Dentro do marco do ciclo ideológico do desenvolvimentismo, o primeiro texto em que encontramos referências ao tema do nível de preços e da moeda é “As Crises no Brasil” (Simonsen, 1930).<sup>6</sup> Escrito como uma análise da situação da economia brasileira após a Depressão de 1929, o texto foi terminado em outubro de 1930, em plena revolução e poucos dias antes da prisão do industrialista.<sup>7</sup> Nesse escrito, entre outros tópicos Simonsen analisa a situação do crédito, da moeda, dos bancos e da inflação.

O industrialista afirma que as crises são inerentes ao sistema econômico moderno, sendo inevitável que de tempos em tempos elas aconteçam. Mais especificamente, Simonsen (1930, p. 11) diz que os ciclos de prosperidade e crise duram cerca de 7 a 11 anos. Sendo assim, é impossível superar a existência de ciclos na economia, portanto, o que se pode fazer é tentar mitigá-los, atenuando seus inconvenientes. Nessa tarefa, um bom sistema de crédito, de bancos e “circulatório” é essencial. Ele identifica entre diversas causas das crises o “perigo da inflação de crédito” (Simonsen, 1930, p. 10).

Simonsen apresenta nesse trabalho uma versão da equação de trocas de Fisher, inclusive citando o economista norte-americano. Ele utiliza a equação para mostrar como estaria ocorrendo uma perigosa deflação na economia brasileira devido à contração de numerário levada a efeito pelo governo. Essa contração estaria conjugada com uma diminuição na velocidade de circulação derivada do “fator DESCONFIANÇA (sic)”<sup>8</sup> (Simonsen, 1930, p. 25). Simonsen clama por uma maior elasticidade do meio circulante, pois a deflação seria extremamente prejudicial aos negócios em geral. Todavia, não se pode sustentar que Simonsen estaria a reclamar uma política inflacionista, pois ele deixa bem claro que a estabilidade do valor da moeda é algo de que não se pode abrir mão. Usando um generalista argumento de autoridade, Simonsen (1930, p. 22) escreve: “A unanimidade dos autores modernos e dos peritos financeiros atribui à elasticidade da moeda quase tão grande importância como à sua estabilidade (sic).” Anote-se: a elasticidade do meio circulante é de importância menor do que a estabilidade, pois ele utiliza a expressão “quase tão grande”. O industrialista paulista acredita que o ideal é a manutenção de um sistema que combine estabilidade do valor da moeda e elasticidade da mesma.

Em um texto do ano seguinte, “As Finanças e a Indústria”, Simonsen retoma o mesmo assunto quase nos mesmos termos. Nesse escrito Simonsen (1931, p. 47) afirma que não se tinha àquele tempo moeda estabilizada e elástica. Essas duas características são essenciais para criar um “aparelhamento de produção”, isto é, para incentivar a poupança de fundos que deveriam estar disponíveis para o investimento. Simonsen (1931, p. 47) cita Robert Owen, o socialista utópico inglês, que dizia: “como se poderá esperar real justiça econômica quando se paga trabalho com moeda que fluctua de valôr; seria o mesmo que esperar pontualidade num mundo em que a hora variasse continuamente de extensão.” A parca poupança

---

<sup>5</sup> Recentemente, alguns autores têm revisto a tese de que Simonsen era apenas um homem prático que flertava com o intelectualismo. Essa literatura sustenta que se comparado ao seu adversário na célebre “Controvérsia do Planejamento”, Gudin, Simonsen demonstra que conhecia razoavelmente bem a literatura social e econômica produzida na Europa e nos Estados Unidos (Curi & Cunha, 2011; Curi & Saes, 2012; Maza, 2002).

<sup>6</sup> Há uma entrevista de Simonsen sobre a reforma monetária de 1926 anterior à década de 1930.

<sup>7</sup> Ele foi solto 15 dias depois de preso pelos revolucionários.

<sup>8</sup> Ênfase em maiúsculas do original.

brasileira, para o industrialista, era resultado de dois fatores, os hábitos, a “índole do nosso povo”, e a instabilidade da moeda que enfrentava sucessivas inflações e deflações (Simonsen, 1931, p. 48). Tanto em “As Crises no Brasil” quanto em “As Finanças e as Indústrias” Simonsen apresenta dados sobre custo de vida, câmbio, meio circulante e encaixes do Banco do Brasil. Assim, o industrialista sempre procurava embasamento empírico, algo que lhe foi caro durante toda a sua atuação intelectual.

Em outro escrito de 1944, “A Agricultura e a Indústria”, parte da coletânea “Elos da Indústria”, Simonsen (1944) volta a citar o problema da inflação. Nesse texto a inflação é atacada sem tergiversação. As causas da inflação são atribuídas à “falta de transportes” e à “inconsciência dos especuladores”. Além disso, ele alerta que se a inflação, naquele momento, atingia mais as classes menos favorecidas, logo seria um problema para todos. A novidade nesse texto é a solução. Diz ele que as entidades industriais já haviam recomendado ao governo a criação de um Conselho Nacional dos Preços (Simonsen, 1944, p. 9-10). O pedido de Simonsen como representante da classe industrial para que o governo atuasse mais decididamente, inclusive criando um órgão para lidar com o controle de preços, se coaduna com o que ele vai defender em seus mais famosos textos, os da “controvérsia do planejamento”.

O início do debate com Gudin se deu com a publicação de um relatório de Simonsen, que era presidente do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. O relatório, originalmente apresentado ao Conselho em 16 de agosto de 1944, defendia a promoção de um processo de industrialização como forma de superação do subdesenvolvimento. Para tanto, dado precário estado de desenvolvimento do país e a fragilidade do capital privado nacional, propunha que a industrialização fosse conduzida a partir de um redobrado esforço de planificação da economia brasileira. Novamente, Simonsen assinala a inflação como um problema que atingia principalmente os menos favorecidos. Defendia que a “encarecimento do custo de vida da população” piorava a condição de vida, especialmente dos trabalhadores. Além disso, a inflação, ao reduzir os rendimentos reais dos trabalhadores, limitava as possibilidades de ampliação do consumo e do crescimento econômico do país.

É sempre bom ter em mente - como destacam entre outros Carone (1971), Maza (2002, 2004), Teixeira, Maringoni & Gentil (2010) e Cunha & Curi (2011) - que Simonsen era um líder industrial interessado em ampliar o papel da indústria no cenário nacional. A expansão da capacidade de produção da indústria nacional contribuiria para diminuir estes desequilíbrios historicamente evidentes entre o comportamento da oferta e da demanda. Agora, então, aparece uma tese que vai ser incorporada pelo desenvolvimentismo posterior ao industrialista, qual seja, a defesa da ideia de que as restrições de oferta derivadas do parco desenvolvimento industrial e a resultante elevada demanda por importações de bens industriais eram as causas fundamentais da inflação brasileira. É importante lembrar que na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), na crise de 1929 e durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a economia brasileira sofreu severas restrições na oferta de bens industriais importados.

Sendo assim, do ponto de vista teórico, Simonsen apresentava uma construção bastante eclética para justificar o processo de inflação brasileiro. Por um lado, o autor antecipava a visão estruturalista da inflação, que ganharia destaque na década de 1950, ao afirmar que o processo de industrialização gerava desequilíbrios entre o crescimento da demanda - pressionada pela importação de máquinas, equipamentos e insumos industriais - e a capacidade limitada da oferta fruto do parco desenvolvimento industrial do país. Por outro lado, defendida também a presença de causas quantitativistas, como fizera no texto do início da década de 1930 ao reconhecer, no relatório da controvérsia, que “...o considerável

aumento do meio circulante agravou a elevação dos preços e estamos a braços com um encarecimento de vida que se acentua continuamente” (Simonsen [1945], 2010, p. 42)

Considerando essa versão da visão da inflação apresentada na controvérsia, é importante ressaltar a oposição que lhe faz a resposta de Gudin, intitulada “Rumos da política econômica”. Entre as conclusões do liberal brasileiro destaca-se o item VII, letra b no qual propõe: “que a política monetária tenha como principal objetivo a manutenção da estabilidade do poder de compra da unidade monetária”(Gudin, [1945], 2010, p. 121). Por sua vez, Simonsen opõe a prioridade da inflação e sustenta que a política monetária deve ser subordinada a política econômica geral de fomento das atividades produtivas. Ao comentar a visão de Gudin, especialmente a prioridade da política monetária na promoção da estabilidade de preços Simonsen afirma que : “...é princípio reconhecido pelas classes produtoras a subordinação da política monetária à política econômica geral de fomento das atividades produtivas, e ampliação do capital nacional” (Simonsen [1945], 2010, p. 171).

A despeito dessa subordinação da política de estabilização à política de crescimento, cabe anotar que em Simonsen a inflação sem dúvida é um mal. Inexiste nos textos analisados qualquer menção ao fato de que a inflação poderia auxiliar no processo de industrialização (apesar de reconhecer que desinflações são custosas em termos de atividade econômica). Aliás, o que se encontra é o contrário, a industrialização ajudaria na contenção do processo de aumento generalizado de preços. Ademais, nos escritos do começo da década de 1930, a inflação é mostrada como responsável por obstaculizar os negócios, reduzindo inclusive a propensão à poupança do brasileiro (o contrário da tese da poupança forçada). Por fim, é necessário notar que as análises de Simonsen levam sempre em conta o cenário específico em que acontece o processo inflacionário. Há a interpretação geral de que a inflação é decisivamente um mal, mas suas causas são sempre consideradas em função do cenário específico do Brasil e das políticas econômicas conduzidas no período. Essa especificidade na interpretação dos fenômenos econômicos deriva de influências que Simonsen teve de autores como Friedrich List, Mihail Manoilescu e dos institucionalistas norte-americanos. Essa valorização do específico e a negação da universalidade das teorias econômicas estariam no núcleo metodológico do desenvolvimentismo e do estruturalismo latino-americano.

### ***Celso Furtado***

Da mesma forma que Simonsen, pode-se afirmar que Furtado via na inflação um grave problema econômico a ser enfrentado. Furtado, em boa parte de sua produção intelectual neste período, procura desvendar o processo histórico de constituição do subdesenvolvimento latino-americano. No entanto, sua sólida formação teórica em economia permite que a interpretação dos processos históricos concretos ultrapasse os limites da descrição factual dos acontecimentos, como observa, entre outros, Cardoso (2013). Uma forma bastante sintética e elegante de apresentar este ponto é apresentada por Maurício Coutinho no livro organizado por Coelho & Granziera (2009), ao afirmar que Furtado “fazia esquemas de abstração da história”. A discussão sobre a inflação brasileira feita por Furtado é um exemplo deste processo de “esquemas de abstração da história”. A interpretação das causas da inflação muda de acordo com as alterações processadas no sistema econômico. Estas causas são distintas, por exemplo, na economia agro-exportadora e na economia industrial do pós-guerra. A interpretação de Furtado sobre as causas da inflação brasileira “*evolved in response to changing economic circumstances*” (Boianovsky, 2012, p. 283)

Na economia primária exportadora a inflação “fora o instrumento de socialização das perdas dos grupos exportadores. Quando baixava o preço internacional do café, depreciava-se a moeda brasileira, elevando-se os preços das importações e reduzindo-se ou anulando-se, em moeda nacional, as perdas dos exportadores” (Furtado, 1985, p. 178). A inflação na economia industrial tem outras causas; acentuam-se neste momento as interpretações estruturalistas de Furtado. Nas fases iniciais do processo de substituição de importações, o crescimento da renda gerava uma demanda por bens importados - necessários à realização dos investimentos industriais – superior à expansão na capacidade de importação, ainda fortemente dependente das exportações de café e outros produtos agrícolas de baixa elasticidade-renda da demanda. O crescimento da renda e, portanto, da demanda interna acima da capacidade de importar, o que em última instância definia o ritmo de expansão da oferta, constituía-se na causa fundamental da inflação brasileira. Argumentos desta natureza encontram-se presentes em Furtado ([1949] (1968), 1952, 1958a, 1958b e 1959). A passagem abaixo apresenta este ponto com clareza:

“Como conciliar essa tendência a aumentar as importações, resultante do próprio desenvolvimento, com a impossibilidade de aumentar a capacidade para importar? Na verdade foi essa a situação que conhecemos desde 1930 até muito recentemente... Sempre que as exportações (considerada constante a relação de intercâmbio) não cresçam paralelamente com a procura de importações, o processo de crescimento criará desequilíbrios, que se manifestam em excedentes de produção interna e em saldos desfavoráveis no balanço de pagamento esses desequilíbrios vão sendo corrigidos com atraso e quase sempre em forma dolorosa. E isso contribui para dificultar a política de estabilização e para tornar a inflação inseparável do processo de desenvolvimento. A inflação que acompanha o desenvolvimento econômico em nosso país não é, portanto, fundamentalmente, um problema monetário. A causa última do desequilíbrio está na disparidade entre o crescimento da renda e o da capacidade para importar. (Furtado, 1952, p. 3)

Furtado, como argumentam, entre outros, Baer (1967), Kay (1991) e Boianovsky (2012), contribuiu de forma decisiva para a construção da interpretação estruturalista da inflação.<sup>9</sup> De forma bastante objetiva, pode-se afirmar que a visão estruturalista da inflação propunha, em sua essência que: (1) a inflação na América Latina não era o resultado exclusivo da expansão monetária oriunda de desequilíbrios fiscais e/ou equívocos na condução da política monetária, tal como proposto pela literatura ortodoxa e pelos organismos internacionais, em que se destaca o FMI, (2) existiam razões estruturais que explicavam o histórico processo de inflação latino-americano, com destaque para os desequilíbrios nas contas externas (derivados da inserção externa da região concentrada na exportação de produtos primários e na importação de bens industriais) e seus efeitos sobre a dinâmica de preços, e (3) o combate à inflação deveria concentrar-se em suas causas estruturais (o desequilíbrio das contas externas) e não na sua manifestação monetária, o que na prática implicava negar os mecanismos ortodoxos de combate à inflação via contração monetária e/ou políticas fiscais contractionistas. Além das contribuições de Furtado, destacam-se como essenciais na construção da interpretação estruturalista sobre inflação os trabalhos de Noyola (1956), Sunkel (1960) e Seers (1962).

Em sua “Fantasia Organizada”, Furtado afirma que na construção da visão estruturalista da inflação “ninguém expressou tão claramente a essência de nosso argumento quanto Noyola, em Conferência na Escola Nacional de Economia da Universidade do

México, em começos de 1956” (Furtado, 1956, p. 185). Noyola (1956) separa os fatores geradores de pressões inflacionárias e os mecanismos de propagação da inflação. Os primeiros seriam derivados das rigidezes estruturais típicas de economias subdesenvolvidas, com destaque para as pressões derivadas do processo de substituição de importações num contexto de restrição de divisas e a inelasticidade da oferta de alimentos para a mercado interno. A pressão inflacionária se manifestava, de acordo com Noyola (1956), através dos mecanismos de propagação monetários, isto é, através da expansão da moeda (passiva). Da perspectiva estruturalista de Noyola e Furtado, os monetaristas não eram capazes de perceber as causas estruturais da inflação (a essência do fenômeno), concentrando sua análise sobre o problema inflacionário naquilo que era secundário. As causas estruturais envolviam, por exemplo, inelasticidades de oferta agrícola e os termos de troca.

A desaceleração do crescimento industrial no fim da década de 50 e a sensível piora dos resultados fiscais<sup>10</sup> têm impacto sobre a concepção das causas da inflação nos trabalhos de Furtado. As causas estruturais da inflação perdiam sentido com a desaceleração do crescimento. Ao mesmo tempo, o excesso de gasto público passa a ganhar espaço como elemento causal da inflação. A mudança na interpretação de Furtado sobre a relação entre inflação e déficit público é apresentada por Boianovsky (2012)

Furtado, however, would change his mind about the role of fiscal deficits in Brazilian inflation, as data became available in the late 1950s indicating the increase of government demand. As explained by Furtado (1964,498) at the 1963 Rio Conference, the type of inflation that started in the mid-1950 and continued until the early 1960s differed from the previous one. Its primary cause lies in a deep disequilibrium of the public sector, which was called forth to take up concrete responsibilities in the process of capital formation, without regard to the fact that the fiscal apparatus had not undergone the necessary adaptation” (Boianovsky, 2012, p. 310)

Desvalorização da moeda como mecanismo de compensação da redução do preço do café no mercado internacional, pressões estruturais derivadas do crescimento das atividades industriais e déficits públicos crescentes aparecem como elementos causadores da inflação brasileira em distintos momentos históricos. As interpretações sobre a inflação mudaram com as alterações na economia real, elemento destacado por Baer (1967) e Boianovsky (2012), e absolutamente consistentes com a ideia de que Furtado era um “construtor de modelos abstratos” da história.

Da mesma forma que suas interpretações sobre as causas da inflação brasileira no período analisado variaram de acordo com a evolução concreta do sistema econômico, a forma de combate à inflação também oscilou. O processo de industrialização ao mesmo tempo em que criava pressões sobre a inflação contribuiria, após a instalação da indústria pesada, para sua redução. O processo de industrialização era assim dialeticamente a causa e a solução para a inflação estrutural dos anos 50. No contexto de desaceleração do crescimento do início dos anos 60 ganham espaço as causas fiscais da inflação. É neste contexto histórico que deve ser entendido o Plano Trienal elaborado por Furtado no Ministério da Fazenda. O programa de combate à inflação centrado no controle dos gastos públicos e na redução da expansão monetária é o resultado, além do contexto político específico, das mudanças ocorridas nas causas da inflação brasileira. Nunca é demais ressaltar que a especificidade histórica é uma marca das abordagens desenvolvimentistas. O processo inflacionário é, em

---

<sup>10</sup> O resultado primário das contas do governo que se encontrava praticamente equilibrado em 1960 registrou um déficit de 4,21% do PIB em 1962.

Furtado e nos outros desenvolvimentistas e estruturalistas, um fenômeno com causas distintas em momentos distintos do tempo e em economias distintas - como marca Boianovsky (2012, p. 292).

Finalmente, é importante discutir o tema dos impactos da inflação sobre a distribuição. Ao contrário do que enuncia Franco (1996, 2005), Furtado tinha plena consciência dos efeitos perversos da inflação sobre a distribuição da renda. Isto fica evidente desde seus primeiros trabalhos. Furtado (1950), por exemplo, ao discutir a inflação na economia agroexportadora afirma que a compensação (parcial) da queda dos preços do café através da desvalorização da moeda se constituiu num mecanismo de “socialização dos prejuízos” do setor agroexportador com toda a sociedade, já que concomitantemente a manutenção da rentabilidade do setor externo promovia a alta dos preços dos produtos importados no mercado local pressionava inflação; tratava-se, portanto de “um mecanismo de socialização de perdas, ou seja, de transferência para a massa dos prejuízos impostos às empresas agroexportadoras pela contração do mercado externo” (Furtado, 1950, p.4). Fica evidente que para Furtado a inflação era um problema distributivo em que as vantagens obtidas por alguns geravam perdas para os demais. Em outros termos, Furtado, ao contrário do que propõe a leitura de Franco, tinha plena consciência que a transferência de renda derivada do processo inflacionário tinha um custo social.

É importante anotar que, já em 1994, Carolyn Craven publicava um artigo na prestigiada revista *History of Political Economy* buscando desmistificar a relação entre o estruturalismo cepalino e sua suposta recomendação de utilização da inflação como instrumento de promoção de crescimento. A autora, depois de analisar documentos publicados pela CEPAL e por autores ligados à instituição – especialmente Noyola e Sunkel - que vão desde 1948 até o início da década de 1960, afirma: “*A general misinterpretation of structuralism as promoting inflationary policies in order to maintain growth exists, although Noyola, Sunkel, and UNECLA<sup>11</sup> publications were vigorous in prescribing anti-inflationary measures, just as vigorous as they were in denouncing conventional stabilization plans.*” (Craven, 1994, p. 18).

O título do artigo de Craven, “*A Transformation Problem: monetarism to structuralism in the Commission for Latin America*”, diz respeito ao fato de que os economistas da CEPAL teriam transitado de interpretações mais ortodoxas da inflação latino-americana para a tradicional explicação estruturalista. Todavia, o importante é que mesmo mudando – abruptamente, segundo Craven (1994, p. 3) - a interpretação sobre as causas da inflação, se mantém o fato de que não há a recomendação para que se utilize a inflação como instrumento promotor do crescimento. A inflação é percebida, portanto, como um mal para as economias latino-americanas.

### **Roberto Campos**

Finalmente, cabe analisar a posição de Roberto Campos sobre a inflação. O autor foi, de acordo com Bielschowsky (1988), o principal expoente do desenvolvimentismo do setor público não nacionalista. Campos em seu livro de memórias, “*A lanterna na popa*”, admite que a leitura de Bielschowsky é “objetiva e correta” ainda que a designação desenvolvimentista não nacionalista seja “menos feliz”. De acordo com Campos, “os

---

<sup>11</sup> Embora seja mais comum o uso da sigla em inglês ECLA para se referir à CEPAL, Carolyn Craven prefere UNECLA, de *United Nations Economic Commission for Latin America*.

desenvolvimentistas não nacionalistas, ou para usar um termo melhor, desenvolvimentistas liberais tinham muitos pontos em comum com a escola liberal clássica, chefiada por Eugênio Gudin e Octávio Bulhões. Comungavam com estes na preocupação com os problemas de estabilização, na aceitação do investimento privado como motor do desenvolvimento, na oposição ao estatismo e a abertura para capitais estrangeiros” (Campos, 1994, p.197). Estas considerações não podem encobrir, e este é o ponto central na classificação proposta por Bielschowsky, que os trabalhos de Roberto Campos nas décadas de 1950 e 1960 apoiavam o processo de industrialização e entendiam que seu desenvolvimento dependia da capacidade de planejamento do Estado brasileiro, elementos que uniam, apesar das evidentes divergências, as diversas correntes do desenvolvimentismo brasileiro.

A observação de seus trabalhos no período, especialmente Campos (1953, 1957, 1963, 1994) e de trabalhos específicos sobre o autor, com destaque para o trabalho de Godoy (2007), evidenciam sua preocupação com a inflação. Seu rigor com o tema da inflação pode ser sumarizado por sua frase clássica: “uma pequena inflação é como uma pequena gravidez”. A preocupação com os efeitos danosos da inflação para o desenvolvimento foi uma constante na obra intelectual do autor em sua fase desenvolvimentista.

É interessante analisar como se deu ao longo do tempo a evolução de seu pensamento no que tange especificamente ao tema das causas da inflação brasileira. Campos foi paulatinamente migrando de uma construção estruturalista para uma análise mais ortodoxa das causas da inflação. Em seus trabalhos na década de 50, especialmente em Campos (1953), há uma clara ênfase no que denominava “elemento inflacionário estrutural, inerente ao processo de industrialização”. A ideia básica é que a inflação era o resultado natural do processo de industrialização e seus efeitos sobre a economia. Campos (1953) apresenta quatro fatores causadores da inflação, dos quais três têm relação direta com a industrialização: (1) o aumento da renda e seu efeito sobre demanda, (2) a urbanização e seus efeitos sobre os hábitos de consumo da população, e (3) a produção de equipamentos em detrimento da produção de bens de consumo. Além destes, Campos destacava ainda como um “germinador” de pressões inflacionárias a inelasticidade da oferta da produção agrícola.

Assim como Furtado, as alterações processadas na economia brasileira, especialmente a redução no ritmo de crescimento e nos avanços do processo de industrialização na primeira metade da década de 60, foram incorporados na visão do autor sobre as causas do processo inflacionário. O abandono das teses estruturalistas e a convergência com as interpretações de natureza monetária são evidentes nos trabalhos do autor na década de 60. Bielschowsky (1988, p. 119), ao sintetizar os argumentos de Campos (1967) argumenta que “sua posição básica era que, no caso brasileiro, a inflação vinha sendo causada por excesso de demanda, viabilizada por déficits no orçamento público e por expansão do crédito anormal provocada por uma insuficiência de oferta que advinha muito mais de má gestão da política econômica do que de rigidez estrutural”

A evolução do pensamento do autor sobre o tema da inflação revela um dos aspectos mais importantes de sua contribuição para a literatura econômica do período: o ecletismo. (Bielschowsky, 1988, p.111) afirma que “Campos era, efetivamente, do ponto de vista teórico, o que se pode chamar de um economista eclético”. Este ecletismo também estava presente em sua análise sobre a inflação. De acordo com o próprio autor: “Nessa controvérsia entre monetaristas e estruturalistas, respectivamente simbolizados por FMI e pela Cepal, eu me posiciono em igual distância dos dois polos, pois meu ponto de vista é bastante eclético” (Campos, 1963, p.157).

Em síntese, a preocupação com as causas e os impactos da inflação sobre o sistema econômico era tema presente nos expoentes da literatura desenvolvimentista do período. Não

há, no entanto, homogeneidade nas interpretações desenvolvimentistas sobre as causas do processo inflacionário brasileiro. Um traço comum nesta literatura é associar, em determinados momentos de sua produção intelectual, a inflação ao processo de industrialização. Ao mesmo tempo, os avanços na industrialização permitiriam, de acordo com Simonsen [1945], (2010), Campos (1953), Furtado ([1949] (1968), 1952, 1958a, 1958b e 1959), combater a pressão inflacionária derivada das alterações na estrutura produtiva.

### 3. Desenvolvimentismo, teoria da poupança forçada e o inflacionismo

A relação da literatura desenvolvimentista com a teoria da poupança forçada é especialmente importante para este artigo. Franco (1996) ao definir o inflacionismo sustenta que foi através do mecanismo da poupança forçada que os recursos gerados pela inflação e déficits públicos foram canalizados para o financiamento dos investimentos industriais. Um primeiro aspecto a salientar é que esta teoria não nasceu na América Latina, sua origem se encontra na literatura pós-keynesiana sobre crescimento econômico, especialmente após a elaboração da equação de Cambridge. Em sua forma mais simplificada a equação informa que a taxa de acumulação de capital é uma função da propensão marginal a poupar e da taxa de lucro dos capitalistas. Marquetti, Koshiyama & Alencastro (2009) formalizam a equação de Cambridge da seguinte forma:

$$g_k + d = s(r + d)$$

$g_k$ : taxa de crescimento da acumulação de capital;  $d$ : depreciação do capital;  $s$ : taxa de poupança;  $r$ : taxa de lucro.

A relação entre inflação, acumulação de capital e crescimento é bastante direta na literatura pós-keynesiana da década de 50. Uma elevação dos preços ao transferir renda dos trabalhadores para os capitalistas contribuiria para elevar a poupança do sistema econômico (vale lembrar que a propensão marginal dos capitalistas é superior a dos trabalhadores, sendo muito comum nos modelos pós-keynesianos da década de 50 assumir como hipótese simplificadora que os trabalhadores não poupam) e da taxa de lucro, ou seja, amplia a acumulação de capital necessária para a realização dos investimentos, o motor do crescimento econômico para esta literatura. Em última instância, a inflação ao transferir renda dos trabalhadores para os capitalistas ampliaria, de modo forçado, e aí está a origem da denominação, a taxa de poupança do sistema.

Os caminhos pelo qual a difusão destas ideias chegou à América Latina extrapola o interesse e o alcance deste trabalho. Prebisch (1949) já faz referência ao debate. Em 1956, Nicholas Kaldor esteve no Brasil em 1956 e proferiu a conferência: “*Inflation and Economic Development*”. Os debates realizados foram sintetizados no artigo: “Tributação e Desenvolvimento Econômico”, publicado em 1957 pela Revista Brasileira de Economia. Neste artigo, Kaldor discute como a inflação e a tributação do consumo são fontes da poupança forçada. O autor, no entanto, defende que o mecanismo tributário é mais eficiente e socialmente mais justo do que a inflação para promover uma elevação do nível da poupança agregada e da acumulação de capital.

Não existem evidências na obra de Simonsen, especialmente em seus debates econômicos com Gudin, do uso da “teoria da poupança forçada” como mecanismo de financiamento dos investimentos industriais. Simonsen, preocupa-se em elaborar um modelo de financiamento dos investimentos industriais que não gerasse pressões inflacionárias sobre

o sistema. Ao se questionar sobre a fonte de recursos, propõe ao governo “empenhar pelo menos 50% de suas atuais disponibilidades no estrangeiro” para viabilizar o financiamento dos investimentos industriais. Simonsen, como tantos outros e inclusive os técnicos do governo, certamente superestimou as “disponibilidades do país no estrangeiro”, discussão conhecida na literatura como “ilusão de divisas”, típica do período do imediato pós-guerra. O mais importante, no entanto, é que após a instalação da indústria “...intensificando a produção, concorreríamos para diminuir os efeitos das emissões já realizadas e para conter as atuais fontes inflacionistas” (Simonsen [1945], 2010, p.46)

A visão crítica de Campos em relação teoria da poupança forçada aparece de forma nítida em seus comentários sobre a visão da CNI ao Plano de Estabilização Monetária (PEM) de 1958. Campos classifica como bizarra qualquer defesa da inflação como mecanismo de financiamento dos investimentos. Suas palavras sobre o tema não deixam dúvida sobre sua visão:

“A oposição de grupos empresariais ao PEM, notadamente da CNI, assumiu aspectos bizarros. Alguns técnicos de linha estruturalista e nacionalista, ligados aos grupos industriais, passaram a defender a expansão inflacionária de crédito como um mecanismo permanente, e ainda válido no caso brasileiro, de transferência de recursos do consumo para investimentos. Era a velha tese da ‘poupança forçada’ a que o Professor Nicholas Kaldor, então em visita ao Brasil, havia dado novo glamour. Enquanto persistissem as condições de subdesenvolvimento, em que o fator escasso era o capital e não o trabalho, e dado o baixo poder de barganha dos assalariados, políticas expansionistas de crédito constituíam a principal opção para o aumento da taxa de investimento da economia. Esta tese contrariava frontalmente as premissas do PEM, de que a pressão salarial já se havia traduzido em inflação de custos, sendo necessário recorrer à política fiscal para o financiamento não inflacionário do Plano de Metas.” (Campos, 1994, p. 354)

Antes de apresentar as visões de Prebisch e Furtado sobre o tema é necessário destacar que aqueles que discutiram a teoria da poupança forçada, especialmente a possibilidade de ampliar a acumulação de capital através da expansão da inflação, o fizeram destacando os limites deste processo. Via de regra, o viam como ineficiente e temporalmente limitado, em função de seus custos sociais. Kaldor (1957) é um exemplo deste ponto; apesar de reconhecer que a inflação poderia ser utilizada como mecanismo de “poupança forçada”, o autor enfatiza a sua ineficiência e seus elevados custos para a sociedade, propondo a tributação do consumo supérfluo como mecanismo alternativo, mais eficiente e socialmente mais justo.

“A criação de poupança pública através de excedentes orçamentários é, naturalmente, uma forma de “poupança forçada” análoga à de uma inflação. Mas há uma importante diferença. Como vimos, no caso da inflação, a poupança forçada se transforma numa redução obrigatória do consumo daqueles setores da comunidade - os recebedores de rendas contratuais, os salarizados de um modo geral - cujos padrões de consumo são relativamente baixos e cuja capacidade real para “apertar o cinto” é, por conseguinte, pequena...A inflação nada faz para utilizar o verdadeiro potencial de poupança de uma comunidade através da compressão dos padrões de vida das classes mais abastadas, cuja capacidade para “apertar o cinto” é relativamente alta. Muito pelo contrário, uma vez que o aumento dos lucros (em termos reais e não apenas nominais) constitui um subproduto essencial do processo, tende a aumentar o consumo suntuário. O verdadeiro potencial de poupanças de uma comunidade consiste no seu “consume desnecessário” - isto é, consumo em excesso sobre as necessidades mínimas, ou o que socialmente se considera um mínimo razoável- e que, por conseguinte, pode ser comprimido sem efeito desestimuladores da capacidade de trabalho e dos incentivos econômicos. Isto não pode ser alcançado através da inflação; entretanto, pode ser obtido” (Kaldor, 1957, p. 84 e 85)

Prebisch (1949) discute a teoria da poupança forçada e sua aplicabilidade na América Latina. De acordo com o autor, “essa é uma tese digna de um exame cuidadoso. Dada a generalidade do processo, há uma profusão de fatos que oferecem um campo fértil de investigação, a partir da qual será possível avaliar seu valor e seu alcance” (Prebisch, 1949, p. 110). Após apresentar sua formulação básica<sup>12</sup>, o autor passa a estabelecer uma série de objeções e desqualificações à utilização da poupança forçada como mecanismo de financiamento aos investimentos industriais na América Latina; elementos que por vezes são negligenciados pela literatura, como por exemplo por Franco (1996, 2005)

A primeira objeção feita pelo autor é de natureza empírica, ao afirmar que não existiriam informações suficientes para defender este argumentos nas experiências concretas de industrialização na América Latina. O autor afirma que “lamentavelmente não dispomos de elementos fidedignos que permitam que nos pronunciemos a esse respeito. As cifras isoladas não justificam nenhuma generalização” (Prebisch, 1949, p. 109). Prebisch também apresenta uma nítida desconfiança em relação a utilização dos recursos transferidos dos trabalhadores para os capitalista ao argumentar que “seria também de grande interesse indagar até que ponto essas possibilidades se traduziram numa poupança efetiva, e se a aplicação dessa poupança foi feita da forma mais produtiva para a coletividade” (Prebisch, 1949, p. 112). Em outros termos, o autor desconfia da hipótese, comum à literatura teórica, de que na América Latina a transferência de renda dos trabalhadores para os capitalistas de fato promovesse uma elevação na taxa de poupança, existia a possibilidade de verificar-se uma elevação no consumo supérfluo dos capitalistas. Mais importante ainda é destacar que o autor rechaça explicitamente o uso deste expediente, tendo em vista “as graves consequências da inflação” e a existência de meios alternativos mais eficientes para ampliar o esforço de poupança sob controle do Estado.

Há ainda um outro aspecto a esclarecer. Supondo-se que, em determinadas circunstâncias, uma certa expansão inflacionária fosse considerada como o melhor expediente prático, dada a escassez de poupança, existiriam meios de promover um melhor cumprimento desse objetivo, atenuando, ao mesmo tempo, as graves consequências da inflação. O Estado tem em seu poder recursos que lhe permitem estimular a inversão de grande parte dos lucros e da renda inflacionários através do gravame progressivo daquilo que é gasto e consumido, ao mesmo tempo que se libera ou isenta aquilo que é investido, e também mediante o desvio, através do controle cambial ou dos impostos, daquilo que tende a ser empregado em importações incompatíveis com um ritmo intenso de crescimento econômico” (Prebisch, 1949, p. 112. Grifo meu)

Prebisch ([1961], 1982) reconhece, tal como Furtado, que a inflação cumpriu um papel relevante no financiamento dos investimentos. No artigo intitulado “*El falso dilema entre desarrollo económico y estabilidad monetária*” autor já dispõe, ao contrário de seu artigo de 1949, de informações empíricas suficientes para diagnosticar, no contexto específico do subdesenvolvimento latino-americano, a importância da transferência de renda gerada pela mecanismo de poupança forçada gerada a partir da inflação como fonte de financiamento destes investimentos. Não obstante, permanece no autor uma versão claramente crítica em relação ao uso deste expediente como mecanismo de financiamento. O autor afirma que é necessário “manter o volume de inversões antes realizadas

---

<sup>12</sup> “A alta de preços, ao gerar lucros extraordinários, coloca nas mãos de um grupo relativamente pequeno grandes possibilidades de poupança, como sempre ocorre quando é assim alterada a distribuição da renda. (Prebisch, 1949, p. 112).

inflacionariamente, cobrindo-as, porém, com poupança proveniente de impostos e da contribuição de recursos internacionais” (Prebisch, [1961], 1982, p. 21). O diagnóstico de Prebisch neste momento é, portanto, muito próximo da proposta apresentada por Kaldor em seus seminários de 1956, consolidadas no artigo publicado na RBE de 1957, ao menos no que tange à necessidade de utilizar o instrumento fiscal como mecanismo de ampliação da poupança doméstica.

Furtado (1959), tal como Prebisch (1949), admite que a análise da elevação dos preços no financiamento dos investimentos no imediato pós-guerra “é um ponto de grande interesse, que vale a pena analisar”. A discussão, no entanto, precisa ser bem qualificada. A primeira observação é que, tal como discutido na seção anterior, o autor tinha consciência dos malefícios da inflação, especialmente de seus efeitos danosos. Vale lembrar que a alta dos preços dos produtos industriais que contribuiu, ainda que em parte, para acumulação de capital na indústria, se fez às custas de uma redução na participação do restante da sociedade na renda real, já que “a inflação é fundamentalmente uma luta entre grupos pela redistribuição da renda real” (Furtado [1959], 1968, p. 239).

De fato, o autor reconhece a “funcionalidade” da inflação durante um período específico do processo de industrialização. Isto é muito claro em Furtado (1961), especialmente no capítulo 6 da obra, intitulado: “Industrialização e inflação”.

“O papel da inflação consistiu em abrir caminho contra as resistências organizadas ideologicamente predominantes. Assim, a elevação da rentabilidade relativa dos setores industrial, nos anos trinta, levou muita gente a crer na indústria nacional, porque nela pôde ganhar tanto ou mais dinheiro quanto no velho setor exportador. No primeiro decênio do pós-guerra, a inflação foi o instrumento que canalizou para as indústrias o fruto da melhora abrupta na relação de preços do intercâmbio. Na segunda metade dos cinquenta, a inflação decorreu da aceleração dos investimentos nos setores básicos, aceleração essa que era mais importante nessa etapa que outro qualquer objetivo econômico. Teria sido possível alcançar esses objetivos sem inflação? Provavelmente não, pois ainda não se havia formado no país uma clara consciência da natureza do problema do seu desenvolvimento” (Furtado, 1961, p.255)

A passagem acima se analisada de forma isolada pode, em alguma medida, subsidiar a visão que Furtado era um defensor do inflacionismo. Esta qualificação nos leva a uma indagação: qual o significado para um economista preocupado com a construção de uma sociedade socialmente mais justa, tal como sustentado por Cardoso (2013), em defender a inflação como mecanismo de financiamento dos investimentos industriais?

Para responder a indagação é necessário retomar alguns elementos da obra de Furtado. O autor, como boa parte do pensamento cepalino nos anos 50 e na primeira metade da década de 60, entendia que o histórico subdesenvolvimento latino-americano era fruto do frágil desenvolvimento industrial. A industrialização era a forma de superar o subdesenvolvimento e todos os problemas dele decorrentes, no qual se inclui a própria inflação estrutural. Realizada a implantação da indústria no Brasil, as causas estruturais da inflação seriam removidas e o país se comportaria tal como o centro desenvolvido, ou seja, com taxas de inflação inferiores a um dígito. Em outras palavras, não há em Furtado uma defesa teórica do mecanismo de financiamento via inflação *ad infinitum*; mas sim a constatação que no processo histórico de industrialização de uma economia subdesenvolvida, tal como a brasileira - em que não existia uma consciência das elites da necessidade de promover a industrialização e que também não possuía um sistema de financiamento de longo prazo - a inflação desempenhou, por um período transitório, qual seja o da instalação da

indústria pesada, um papel relevante na transferência de renda do setor agroexportador para o setor industrial, permitindo a acumulação de capital e o financiamento dos investimentos industriais

A discussão promovida acima evidencia que Furtado desloca a discussão da poupança forçada de sua visão tradicional (conflito distributivo entre trabalhadores e capitalistas) para a distribuição inter-setorial da renda, isto é, entre industriais e agro-exportadores. Este deslocamento é observado pela literatura especializada. Boianovsky (2012, p.306) argumenta que *“Whereas the conventional treatment of forced saving was framed in terms of the distribution of income between profits and wages, Furtado (1954, 174-87; [1959], chap.35, [1960]1967; 1964) discussed how in an open economy...inflation favored on group of entrepreneurs (importers of capital goods) at the expense of another (exporters of primary goods)”*

É interessante incorporar ao debate as considerações posteriormente feitas por Furtado sobre a sua produção intelectual nas décadas de 50 e 60 sobre o tema da inflação. Em seu “Fantasia Organizada”, publicado em 1985, Furtado promove uma revisão, de caráter autobiográfico, sobre o debate desenvolvimentista do período. Nestas reflexões, o autor deixa nítido o seu distanciamento com a “teoria da poupança forçada”.

“Estudando o período 1948-1952, chamara atenção para o fato de que a inflação fora fator causante da elevação da taxa de investimento. Não se tratava de voltar à velha discussão sobre se a taxa de inflação era ou não uma maneira de forçar o aumento de poupança, o que encobria seu aspecto altamente anti-social de instrumento compressor do consumo da massa da população. Eu pusera o acento em outra coisa: a inflação não gerava recursos, apenas modificava o perfil da apropriação dos novos recursos gerados pela melhora na relação de trocas” (Furtado, 1985, p. 179)

Em última instância, de acordo com Furtado (1961), a causa essencial da inflação encontrava-se na ausência de um conjunto de políticas de desenvolvimento que permitissem ao mesmo tempo promover a industrialização e assegurar a estabilidade, reduzindo assim o custo social do processo de industrialização.

Em suma, o argumento de Franco (1999, 2004) de que Prebisch e Furtado são exemplos de defensores da teoria da poupança forçada e, portanto, do financiamento inflacionário dos investimentos industriais desconsidera uma série de elementos fundamentais postos pelos autores. No caso específico de Furtado o que há é a constatação que, - dadas as condições históricas concretas do país, especialmente o parco desenvolvimento do sistema financeiro nacional - a inflação serviu como mecanismo de transferência de renda entre setores (do agroexportador para o industrial), permitindo a acumulação de capital na indústria, elemento necessário para a realização dos investimentos industriais. Instalada a indústria cessariam as pressões estruturais sobre a inflação e o país, sem incorrer nos custos de políticas econômicas restritivas.

#### **4. Considerações Finais**

Sob diversos os ângulos possíveis, o projeto desenvolvimentista constituiu-se numa verdadeira heresia para os cânones da teoria econômica padrão. Não é difícil entender porque

o projeto desenvolvimentista foi criticado pelos líderes do pensamento liberal e porque é sumariamente desqualificado por autores contemporâneos como Franco (1996, 2005).

A rigor, generalizações sobre o tema da inflação nos expoentes desenvolvimentistas levam a conclusões imprecisas, quando não equivocadas. A construção de um projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio do planejamento e da intervenção direta Estado na atividade econômica era o elo de união das diversas correntes desenvolvimentistas. Nos demais campos, tal como no estudo da inflação, reinava a heterogeneidade nas interpretações. Não obstante, os argumentos apresentados ao longo do artigo, permitem concluir que:

1. Não existem elementos que respaldem a visão da leniência inflacionária. A inflação era vista pelos líderes intelectuais das correntes desenvolvimentistas, especificamente Simonsen, Furtado e Campos, como um problema a ser enfrentado. Adicionalmente é necessário sublinhar o reconhecimento dos problemas gerados pela inflação para o desenvolvimento, especialmente seus efeitos regressivos sobre a distribuição da renda. Afirmar que o desenvolvimentismo tinha “uma certa complacência” com a inflação é algo muito impreciso. Mais preciso é afirmar que em parte da literatura desenvolvimentista a inflação não se constituiu no objetivo central (ou exclusivo) da política econômica. Na hierarquia de prioridades de autores como Simonsen e Furtado, a inflação ocupava posto inferior à promoção do crescimento e aos avanços no processo de industrialização. O mesmo não pode ser dito sobre Campos, mesmo em sua fase desenvolvimentista.

A tese da leniência inflacionária não encontra respaldo também nas análises das evidências empíricas promovidas pelas pesquisas recentes na área de história econômica. Ainda que não seja o foco deste trabalho, cuja ênfase se encontra na discussão da *história do pensamento*, vale a pena destacar, tal como anunciado na introdução deste trabalho, que Mollo & Fonseca (2013) concluem que não existem evidências da tese de “leniência inflacionária” nas duas gestões de Vargas (1930-1945 e 1951-1954). Não pode-se dizer também que a gestão Dutra tenha sido leniente ou complacente com a inflação, já que o controle de preços foi eleito como o principal problema econômico a ser enfrentado pela política econômica. A gestão de JK foi marcada pela implantação do Plano de Metas. A magnitude e a concentração dos esforços do governo para cumprir as metas do Plano justificam a sua centralidade nas análises econômicas sobre a gestão JK. É importante lembrar, no entanto, que em 1958 foi lançado o Plano de Estabilização Monetária (PEM) elaborado por Lucas Lopes, com participação de Roberto Campos, então presidente do BNDE. Não restam dúvidas que entre os efeitos concretos do Plano de Metas e a proposta de combate à inflação do PEM, JK deu clara preferência ao primeiro. Roberto Campos em suas memórias relata que a opção pelo Plano de Metas e a quase recusa em colocar em prática as medidas anti-inflacionárias do PEM foi uma decisão de JK e não da equipe técnica, entre os quais era figura de destaque. O episódio deixa claro que não há uma correlação perfeita entre as ações concretas dos governos no âmbito da condução da política econômica e as discussões promovidas pelos intelectuais em seus debates acadêmicos; e

2. Os líderes intelectuais do desenvolvimentismo não defendiam a utilização da inflação como mecanismo para financiamento dos investimentos industriais, tal como discutido na seção 3 do trabalho. Tal como na discussão sobre as causas da inflação, a análise da relação entre inflação e a teoria da poupança forçada, é marcada pela heterogeneidade nas análises. Simonsen ignora a teoria; Campos critica-a de forma veemente. Prebisch apesar de reconhecer o interesse sobre a matéria, nega a sua viabilidade. Furtado, reconhece a funcionalidade da alta de preços num processo temporário de transferência de recursos,

reconhece também que a inflação, no contexto histórico específico de uma economia subdesenvolvida do pós-guerra, ajudou na acumulação de capital, mas em nenhum momento propõe a utilização da inflação como mecanismo de financiamento de longo prazo dos investimentos.

Não é possível, no entanto, afirmar que em todos os espaços de discussão desenvolvimentistas a teoria da poupança forçada tenha sido criticada e/ou vista com severas restrições. Saretta (2008) apresenta evidências de que a defesa explícita da teoria foi realizada por um grupo de economistas da CNI, especialmente em suas críticas ao PEM de 1958. Feita esta ressalva, a conclusão final é que não existem evidências suficientes para sustentar que os expoentes do desenvolvimentismo brasileiro eram defensores de um mecanismo de financiamento inflacionário dos investimentos industriais.

A recuperação da visão dos expoentes desenvolvimentistas do período sobre o tema da inflação realizada neste artigo pretende contribuir para este debate, especialmente para um tratamento mais cuidadoso da literatura econômica. Um cuidado especial deve ser tomado na separação entre o que era proposto pela literatura econômica desenvolvimentista e as ações concretas da política econômica do período em que esta literatura foi influente. A tese inflacionista desqualifica a literatura desenvolvimentista, obscurecendo seu significado e consolidando nas novas gerações de jovens economistas uma visão equivocada sobre autores que contribuíram de forma fundamental na construção do pensamento econômico brasileiro.

## Referências Bibliográficas

ABREU, M. P. O Brasil e a economia mundial, 1930-1945, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BAER, W. The inflation controversy in Latin America: A survey. *Latin American Research Review*, n.2, 1967

BARBOSA, F.H. A inflação brasileira no após-guerra: monetarismo x estruturalismo. Série PNPE n. 8, Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1983.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes. Série PNPE, nº19, 1988

BOIANOVSKY, M. Celso Furtado and the Structuralist-Monetarist debate on economic stabilization in Latin America. *History of Political Economy*, 44:2, 2012

BRESSER-PEREIRA, L.C. “O Novo Desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional”. São Paulo em Perspectiva, 20(3): 5-24, 2006

\_\_\_\_\_. Globalization and Competition: why some emergent countries succeed while others fall behind. Cambridge University Press, 2010

CAMPOS, R. A Crise Econômica Brasileira. Digesto Econômico. São Paulo, novembro, 1953.

\_\_\_\_\_. Economia, planejamento e nacionalismo. Rio de Janeiro: APEC, 1963.

\_\_\_\_\_. Reflection on Latin American Development. Austin: Texas University Press, 1967

\_\_\_\_\_. A Lanterna na Popa: Memórias. 2 edição. Rio de Janeiro: Top Books, 1994.

CARDOSO, F.H. Pensadores que inventaram o Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 2013.

CARONE, E. Roberto C Simonsen e sua Obra. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro. 11(4) :23-28, out/dez, 1971

COELHO, F.S & GRANZIERA, R.G. Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil. Edição Comemorativa dos 50 anos de publicação (1959-2009). São Paulo: Ordem dos Economistas do Brasil (OEB) e Atlas, 2009

CRAVEN, C. A Transformation Problem: monetarismo to structuralism in the Economic Commission for Latin America. *History of Political Economy*, 26 (1), 1994.

CUNHA, L.F.B & CURI, A.M. Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento (1944-45): pioneirismo e sintonia. XXXIX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (ANPEC). Foz do Iguaçu, PR, 2011

FONSECA, P. C. D. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. *Revista Brasileira de Economia*. Vol. 54, nº3. Rio de Janeiro, julho-setembro, 2000.

\_\_\_\_\_. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, vol. 15, nº2 (26), 2004.

FURTADO, C. Características gerais da economia brasileira. *Revista Brasileira de Economia*. Vol. 4, p. 7-37, 1950

\_\_\_\_\_. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. *Revista Brasileira de Economia*, 1952

\_\_\_\_\_. The External Disequilibrium in the Underdeveloped Economies. *Indian Journal of Economics* 38, p. 403-410, 1958a

\_\_\_\_\_. *Perspectivas da Economia Brasileira*, Rio. ISEB, 1958b

\_\_\_\_\_. *Formação Econômica do Brasil*, Rio, Companhia Editora Nacional, [1959] 1968

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1961

\_\_\_\_\_. *A Fantasia Organizada*. Paz e Terra Testemunhos: Rio de Janeiro, 1985

FRANCO, G.H.B. O Desafio Brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda. Editora 34, 1996

\_\_\_\_\_. Auge e declínio do inflacionismo no Brasil. IN: *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. Giambiagi, G Villela, A, Castro, L.B & Hermann, J. (Org). Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

GODOY, BBC. A Influência de Roberto Campos na economia brasileira (1945-2001). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (USP), 2007

KAY, C. Reflections on the Latin American Contribution to Development Theory. *Development and Change*, Vol. 22, pp. 31-68, 1991.

KALDOR, N. Tributação e Desenvolvimento Econômico. *Revista Brasileira de Economia*, 1957

MARQUETTI, A, KOSHIYAMA, D & ALENCASTRO, D. O aumento da lucratividade expande a acumulação de capital? uma análise de causalidade de Granger para países da OCDE. *Revista de Economia Contemporânea*. vol.13 no.3 Rio de Janeiro, 2009

MAZA, F. O Idealismo Prático de Roberto Simonsen: Ciência, Tecnologia e Industria na Formação da Nação. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, 2002

MOLLO, M.R.L & FONSECA, P.C.D. Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº 2 (131), pp. 222-239, abril-junho, 2013

NOYOLA, J. 'El desarrollo economico y la inflacion en Mexico y otros paises latinoamericanos. *Investigacion Economica* 16(4): 602-48, 1956

PREBISCH, R. The economic development of Latin America and its principal problemas. Economic Commission for Latin America (Document ECN 12.89), 1949

\_\_\_\_\_. El falso dilema entre desarrollo económico y estabilidad monetaria. In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch en la Cepal. México: Fondo de Cultura Económica, [1961],1982.

SIMONSEN, Roberto. *As Crises no Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 1930.

\_\_\_\_\_. *As Finanças e a Indústria*. São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 1931.

\_\_\_\_\_. *Elos da Indústria*. São Paulo: FIESP, 1944.

\_\_\_\_\_. > “A planificação da economia brasileira”. IN: SIMONSEN, Roberto, GUDIN, Eugênio e VON DOELLINGER, Carlos. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2010a.

\_\_\_\_\_. “O planejamento da economia brasileira – Réplica ao Sr. Eugênio Gudin”. IN: SIMONSEN, Roberto, GUDIN, Eugênio e VON DOELLINGER, Carlos. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2010b.

SARETTA, F. *A Confederação Nacional da Indústria e o Plano de Estabilização Monetária de 1958*. XXXVI Encontro da Associação Nacional de Economia (ANPEC), Salvador (BA), 2008.

SEERS, D. *A Theory of Inflation and Growth in Underdeveloped Economies Based on the Experience of Latin America*, *Oxford Economic Papers* 14(2): 173-95, 1962.

SZMRECSÁNYI, T. *Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo: Celso Furtado*. *Estudos Avançados*. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001

SUNKEL, O. ‘Inflation in Chile: an Unorthodox Approach’, *International Economic Papers* 10: 107-17, 1960

TEIXEIRA, A, MARINGONI, G & GENTIL, L. SIMONSEN, Roberto & GUDIN, Eugênio: *Desenvolvimento, o debate pioneiro (1944-45)*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2010